

Introdução

Rosimeire dos Santos
Luciana Siqueira Rosseto Salotti

Como citar: SANTOS, R.; SALOTTI, L. S. R. Introdução. *In:* BRANDÃO, C. F. *et al* (org.). **Políticas públicas educacionais:** questões e desafios contemporâneos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 11-16. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-5954-015-0.p11-16>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

INTRODUÇÃO

O presente livro resulta dos estudos de pesquisadores, estudantes e professores do Grupo de Pesquisa: Coletivo de Pesquisadores em Políticas Públicas Educacionais – COPPE, ligado ao Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”- campus de Marília, com contribuições de pesquisadores de outras instituições. Tem como propósito disseminar e compartilhar as reflexões sobre as políticas públicas educacionais vigentes, fio condutor dos nove capítulos que compõem essa obra.

No âmbito da produção científica, as discussões em torno das políticas públicas educacionais auxiliam na compreensão das transformações ocorridas, na problematização e na análise de sua implantação em diferentes campos, tanto legal e documental, quanto no campo das ações estatais e institucionais.

Considerando o caráter multidisciplinar da Política Pública Educacional, pois dentre as políticas públicas, a Educação, por sua complexidade e especificidade, se beneficia de estudos nos campos da sociologia, da ciência política, da história, da psicologia, da economia, entre outras. Os estudos presentes nesta obra, além de indagar, questionar, comparar e analisar as políticas públicas educacionais buscaram, ao mesmo tempo, verificar na esfera do Estado e da máquina do governo, a implantação dessas ações, bem como as mudanças que influenciaram os rumos ou o curso dessas medidas educacionais, colocando em evidência as interrelações existentes entre Estado, Política, Economia e Sociedade.

Desse modo, os estudos aqui reunidos refletem e assinalam olhares para diferentes objetos: compreensão de conceitos; análise de documentos

legais, implantação de mecanismos de participação democrática, discussão sobre a formação docente e a amplitude dessas ações e a reflexão da trajetória de formação para o desenvolvimento do processo pedagógico. Assim, focalizam aspectos distintos das políticas públicas educacionais.

Inicia-se esta obra com a discussão acerca do conceito de Gestão Democrática presente nos documentos oficiais, apresentada à luz da Educação Comparada, compreendendo que as políticas públicas devem atender aos direitos da população, pois a democracia é um de seus princípios basilares.

Assim, no primeiro capítulo, Brandão e Laurentino apresentam como referencial teórico e metodológico os estudos e pesquisas derivados do campo da Educação Comparada e discutem no texto “A Concepção De Gestão Democrática Na Legislação Educacional De Portugal E Do Brasil: primeiras aproximações, o conceito de Gestão Democrática na educação”, presente na principal lei brasileira da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei nº 9.394/96) e a principal lei portuguesa da educação, a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE/86), respectivamente atualizadas, visto que ambas passaram por modificações desde suas sanções. Os autores destacam os pontos em que essas duas leis gerais da educação se aproximam, em termos do alcance e amplitude do conceito de gestão democrática presente em cada uma delas.

No segundo capítulo, “Política Pública Paulista para a Educação Profissional e Tecnológica em seu Processo de Expansão”, Quintino *et al.* debruçam-se especialmente sobre as políticas que recaem diretamente na formação para o trabalho, ou seja, sobre a Educação Profissional e Tecnológica – EPT no estado de São Paulo, detalhando sua origem, sua expansão e seu financiamento.

No terceiro capítulo, intitulado “Currículo Oculto e sua Identificação nas Práticas Escolares”, Martins e Lourenço apresentam uma análise do currículo oculto presente no currículo prescrito nas práticas escolares. A partir da concepção de Apple (2006) buscam dialogar com o Currículo Oficial da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC/SP) e assinalam ser necessário ampliar o diálogo com as devolutivas das reuniões iniciadas em relação ao currículo atual para os encaminhamentos de aprovação pelo Conselho Estadual de Educação, destacando, como estabelece a LDBEN/96, a autonomia da escola para a construção da sua Proposta Pedagógica e, assim, atendendo às reais necessidades da comunidade escolar.

Os princípios constitucionais da Gestão Democrática são retomados e detalhados pela LDBEN de 1996 (Lei nº 9.394/96). No artigo quatorze, incisos I e II, que garante às escolas o direito de definirem as normas dessa gestão, levando em conta suas peculiaridades e a participação dos atores envolvidos no contexto escolar da instituição. A concretização dessa concepção se materializa e embasa o Projeto Político Pedagógico da escola.

No quarto capítulo, “Projeto Político Pedagógico: análise da dimensão pedagógica”, Salotti e Santos analisaram um Projeto Político Pedagógico - PPP de uma escola pública com a intencionalidade de verificar como a dimensão pedagógica é contemplada neste documento legal. Destacam a necessidade de compreender que a gestão democrática se configura na materialização das duas dimensões indissociáveis: a política e a pedagógica. Assim, reafirmam que o PPP, para além de servir como instrumento para a elaboração, execução e acompanhamento das reais necessidades da comunidade escolar é o mecanismo que garante a autonomia e democratização da escola.

No quinto capítulo, “A Formação Inicial do Pedagogo a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia: o documento e as reflexões acadêmicas”, Silva e Amaral discorrem sobre a trajetória marcada por inúmeros Decretos e Resoluções até as Diretrizes vigentes, que normatizam o curso de formação de pedagogos no Brasil. Os autores expõem os principais fatos desse histórico legal, partindo do pressuposto que o debate e a reflexão sobre a formação de professores e gestores permitem buscar elementos que possam contribuir para a promoção de soluções e a superação de desafios, acarretando assim, possíveis encaminhamentos práticos. Dessa forma, este estudo contribuiu, primeiramente analisando os artigos das Diretrizes referentes ao curso de Pedagogia e, em um segundo momento, apresentando a perspectiva de diferentes autores a respeito desta resolução, tensionando seus estudos e reflexões.

Nesse contínuo, o sexto capítulo, “Regulação da EaD no Ensino Superior: reflexões acerca da formação de professores”, Laham e Damiance, a partir de um quadro que combina clara e rápida expansão da EaD no Brasil nos últimos anos, realizam importante reflexão e discussão em relação à perspectiva dos impactos sobre a formação de professores. Os apontamentos das autoras contribuem para análises sobre as implicações da expansão da oferta da EaD no país, de maneira a problematizar as mudanças que a tecnologia traz para a Educação, a qualidade dos cursos e as condições de trabalho do professor.

No sétimo capítulo, “Infância e Políticas de Alfabetização no Brasil: percepções sobre a base nacional comum curricular e a política nacional de alfabetização”, Gomes e Nogueira discutem algumas percepções a respeito das políticas nacionais de alfabetização sob o viés histórico-político, discutindo-as em dois momentos. No primeiro, a partir

da realização de uma revisão histórica sobre o desenrolar da política nacional de alfabetização com ênfase no desenvolvimento da legislação e no segundo apresentam a discussão referente aos dois documentos recentes relacionados a essa política: a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017), com recorte nos anos iniciais do ensino fundamental e a Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019).

No oitavo capítulo, “A Educação Infantil no Brasil: uma análise comparativa da Base Nacional Comum Curricular e das Indicações para o Currículo da Infância na Itália”, os autores Holmo e Chiquemba, realizaram um estudo comparativo a partir das indicações de Bereday (1972) com o objetivo de detectar a existência de pontos em comum e ou divergentes nos documentos legais selecionados.

Finalizando, o nono capítulo, “Por uma Política Educacional Inclusiva: as paixões na sala de aula”, Carvalho, Pereira e Ferreira buscam investigar e compreender o conceito de afeto e emoção em Lev Semyonovich Vygotsky e sua contribuição para a educação. Assinalam que em um mundo marcado cada vez mais pelo processo de instrumentalização da razão, como pensaram os filósofos da Escola de Frankfurt, entre outros, olhar para os humanos e a natureza a partir de outra perspectiva tem ocupado um espaço importante nas reflexões contemporâneas. Assim, os autores presentiam o leitor problematizando e examinando essas questões, tomando a sala de aula como importante espaço público e de convivência social que, no mundo contemporâneo, tem sido palco de conflitos, indisciplina e violência.

Propõem meditar sobre como a escola experimenta e compreende as relações e a maneira de se conviver que, de alguma maneira, influencia no sentido que é dado às existências, às escolhas e às ações humanas. Instigam uma reflexão acerca das condutas e das relações vividas, sofridas

e enfrentadas na escola, de maneira a contribuir para a construção de modos novos de existir, de ser, de pensar e de agir, com a finalidade de tomar a alteridade como um conteúdo e uma ideia a ser valorizada pelas políticas e pelas práticas educacionais.

Esperamos que os textos desta coletânea provoquem os leitores e as leitoras no sentido de uma compreensão crítica das Políticas Públicas Educacionais como processo de conhecimento, de formação política, de manifestação ética, de necessidade da pesquisa científica como prática indispensável para a educação. As agendas políticas precisam ser respaldadas pelas pesquisas científicas que não prescindem da controvérsia, dos conflitos que, em si mesmos, já produziriam a necessidade de “reexame do papel da educação que, não sendo fazedora de tudo é um fator fundamental na reinvenção do mundo”¹.

Rosimeire dos Santos

Luciana Siqueira Rosseto Salotti

¹ FREIRE, P. **Política e educação**: ensaios. 5ª. Ed. - São Paulo, Cortez, 2001. p. 10